PREGAO ELETRÔNICO N° 049/2026
PROCESSO N° 2026014391 – REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL REGULADOR

1. PREÂMBULO

1.1 - **O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.786.328/0001-36, com na Rua 06 Quadra 07 Lote 01, Parque Rio Branco, Valparaíso – GO, CEP 72.870-06, faz saber aos interessados que fará realizar, no dia **23 DE NOVEMBRO DE 2026 ÀS 9H**, licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS HOSPITALARES DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE LIGADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALPARAISO DE GOIÁS/GO**, do tipo **MENOR PREÇO - POR ITEM,** com modo de disputa **ABERTO,** através do Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada do objeto, mediante ordens de fornecimento.

Disponibilidade do Edital: **03/11/2026 a 23/11/2026**
Horário atendimento: **07h às 11h e 13h as 17h.**
Local para consulta: **Prefeitura Municipal de Valparaiso de Goiás-GO - Portal Transparência, Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e/ou Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.**

1.2 - Esta licitação será realizada de conformidade com consoante com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela:

A	Lei n.º 14.133/2021 de 01/04/2021 e demais legislação aplicáveis	Lei de Licitações e Contratos Administrativos
B	Lei Complementar 123/2006 e suas alterações	Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Estatuto da Micro e Pequena Empresa; Lei do Simples Nacional; Lei do Supersimples
C	Decreto Municipal n° 023/2024 de 09/01/2024	Regulamenta o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas aos fornecedores e prestadores de serviços
D	Decreto Municipal n° 025/2024 de 10/01/2024	Regulamenta a licitação, nas modalidades pregão e concorrência, pelos critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, nas formas eletrônica e presencial, para a aquisição de bens e contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública deste município
E	Decreto Municipal n° 040/2026 de 27/01/2026	Constituição do Agente de Contratação

1.3 - O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo nos sites:

a) **PORTAL TRANSPARENCIA**: **www.valparaisodegoias.go.gov.br**, disponível também na Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura, durante o prazo de divulgação da Licitação que ocorre dos dias **06/11/2026 a 23/11/2026**,

b) **PORTAL BNC: www.bnc.org.br**, disponível na plataforma Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC, durante o prazo de divulgação da Licitação que ocorre dos dias **06/11/2026 a 23/11/2026**.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 1 de 75

c) **PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br** disponível na plataforma Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, durante o prazo de divulgação da Licitação que ocorre dos dias **06/11/2026 a 23/11/2026.**

1.4 O processamento do certame será realizado na plataforma Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC **www.bnc.org.br.**

1.5 – As empresas interessados em participar do certame poderão informar através do e-mail: **licitacao@valparaisodegoias.go.gov.br**, os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Fax Comercial, Pessoa de Contato e telefones) serão efetuados através do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC **www.bnc.org.br.**

2. LOCAL E DATA

2.1 - A licitação realizar-se-á conforme as especificações abaixo descritas:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	**08h:00min horas do dia 09/11/2026**
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	**9h do dia 23/11/2026**
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS	**09h do dia 23/11/2026**
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	**9:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 23/11/2026**
REFERÊNCIA DE TEMPO	**Horário de Brasília (DF)**
LOCAL	**Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br**

2

2.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS HOSPITALARES DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE LIGADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALPARAISO DE GOIÁS/GO**, conforme especificações e quantificações contidas no objeto do Anexo I - Termo de Referência/Especificações do Objeto, parte integrante do presente Edital.

1.2 – As regras referentes aos órgãos gerenciador, entidades e participantes, bem como em eventuais adesões, serão as mesmas constantes da minuta da Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME/LICITAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitada no Edital, e através do Banco Nacional de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

2.1.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 2 de 75

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, conforme Lei 14.133/21.

2.5 Poderão participar exclusivamente, para os itens cujo valor seja inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), as licitantes que estejam enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, I e III da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, desde que respeitadas às condições do artigo 49, II da mesma Lei.

2.5.1 – Para aplicação do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, mencionado no item 2.5, ficará reservada uma cota de 20% (vinte por cento) para as licitantes que estejam enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens em que o valor total for superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.6 – Será concedido o tratamento para as ME/EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei 14.133/21 e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos nos artigos 43, 44 e 45 da LC 123/06 e do Decreto nº 8.538/15.

2.7 - Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 3 de 75

2.7.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9 – pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 - O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 - O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13 - A vedação de que trata o item 2.7.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14 - As despesas desta presente licitação correrão a cargo da Dotação do Orçamento de 2026, com recursos da seguinte dotação orçamentária:

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 4 de 75

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMS			
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	**ELEMENTO DESPESA**	**FONTE**	**FICHA**
13.1311.10.301.7021.2475	33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO	**102**	20261061

2.15 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada a BNC - Bolsa Nacional de Compras ou pelos telefones: (41) 3557 2301, (41) 9136-7677; (41) 9191-1510 ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br .

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Valparaiso de Goiás/GO, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

3.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/21.

3.6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3°, da Lei Complementar nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 5 de 75

3.6.1 – no item exclusivo para participação de ME e EPP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 – nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 e 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e demais contidas neste Edital e leis de regência.

3.8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 – os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que se trata o subitem anterior.

3.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 – percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por mais desconto.

3.13 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 6 de 75

3.15 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.16 - A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

3.17 - A licitação será realizada por **ITEM**, conforme descrição constante no Anexo I, deste edital, Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital.

3.18 - O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.19 - Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Sistema **www.bnc.org.br** e os presentes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário;
b) Marca;

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta o Licitante;

4.3 - Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto ora licitado.

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 – Na presente licitação, a ME e EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 7 de 75

4.8.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte do contratado, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

a. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou.
b. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, no site **www.bnc.org.br** até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.2 - O credenciamento junto ao provedor da Bolsa Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações deste Pregão.

5.3 - Poderão participar deste Pregão (Eletrônico) as empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação que apresentarem toda a documentação a ela exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa Nacional de Compras.

5.4 - É vedada a participação de empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.5 - Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução.

5.6 - O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

5.6.1 Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa Nacional de Compras, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

5.6.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (ANEXO VIII).

5.6.3 Especificações dos itens objeto da licitação em conformidade com o edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 8 de 75

5.7 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor estabelecido pela mesma de acordo com os Planos de Adesão, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras. Os valores abaixo poderão sofrer alterações de conformidade com a referida empresa.

PLANO DE ADESÃO A	**R$ 118,00 (única participação).**
PLANO DE ADESÃO B	**MEDIANTE CONSULTA JUNTO AO BNC**

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

6.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

6.1.3 - Conduzir a sessão pública;

6.1.4 - Abrir as propostas de preços;

6.1.5 - Analisar a aceitabilidade das propostas em relação aos requisitos do edital;

6.1.6 - Desclassificar propostas indicando os motivos;

6.1.7 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

6.1.8 - Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.1.9 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

6.1.10 - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

6.1.11 - Declarar o vencedor;

6.1.12 - Elaborar a ata da sessão;

6.1.13 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

6.1.14 - Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6.1.15 - Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 9 de 75

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

7.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 3.6, subitem "3.6.1", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: **www.bnc.org.br**.

7.2 - A participação do licitante no pregão (eletrônico) se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC - Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão (eletrônico), salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC - Bolsa Nacional de Compras.

7.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC - Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão (eletrônico).

8. DA PARTICIPAÇÃO DAS ME/EPP e MEI

8.1 - Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras: Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:

8.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (dias) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 10 de 75

8.1.2.1 - A ausência da apresentação da documentação de regularidade fiscal acarretará em sua restrição, e tal irregularidade poderá ser verificada, pelo pregoeiro na sessão por meio de consultas a sites oficiais.

8.1.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, da Lei nº 14.133/21. Sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.1.4 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º, do art. 43, da LC 123/06, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação Jurídica.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

9.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3 - O Pregoeiro/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

9.6 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.7 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado acompanhamento em tempo real por todos os participantes para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 11 de 75

9.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9.1 - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir melhor oferta deverá ser de Oferta não inferior a **R$ 0,01 (um) centavo.**

9.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão (eletrônico) o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (DEZ) MINUTOS** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (DOIS) MINUTOS** do período de duração da sessão pública.

9.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (DOIS) MINUTOS** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.18 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20 - O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 12 de 75

9.22 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.23 - A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.24 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.24.1 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada as ME/EPP, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

9.24.2 – Se a mesma empresa vencer a cota reservada as ME/EPP e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.25 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.26 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.27 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
b. por empresas brasileiras;
c. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

9.28 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, enviando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 13 de 75

9.32 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E JULGAMENTO

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14, da Lei 14.133/21, legislação correlatas e no item 2.7, deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 – Registro Cadastral do Município;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.4 – Tribunal de Contas da União – TCU;

10.1.5 – Tribunais de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

10.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

10.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

10.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.7 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, que deverá realizar diligência para averiguar a exequibilidade da proposta.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 14 de 75

10.8 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.9 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.10 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas,** sob pena de não aceitação da proposta.

10.11 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for ocaso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11.2 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

10.11.2.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.11.2.2 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11.2.3 - Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade de conformidade com o Termo de Referência.

10.11.2.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

1011.2.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.11.2.6 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 15 de 75

10.11.2.7 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.12 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.13 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.14 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.15 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.16 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.17 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (**www.portaldatransparencia.gov.br/ceis**);
b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (**www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php**).
c. Lista de Inidôneos e Inabilitados, mantidos pelo Tribunal de Contas da União-TCU.(**https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS** e **https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INABILITADO**);
d. Cadastro de Empresas impedidas de licitar junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (www.tcm.go.gov.br)

11.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" do subitem "11.1" acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoesapf. apps.tcu.gov.br/).

11.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 16 de 75

11.4 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.7 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.8 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.9 - **Após a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) exigirá ao(s) licitante(s) vencedor(es) que, em formato digital e no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie os documentos de habilitação que não estejam contemplados nos Sistemas de Cadastro de Fornecedores, sob pena de inabilitação, nos termos do art. 63, II da Lei nº 14.133/21**.

11.10 -. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, conforme disposto nos art. 62 a 70, da Lei Federal nº 14.133/21:

11.14.1 - Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:

11.14.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.14.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.14.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 17 de 75

11.14.1.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.14.1.5 - Sociedades Anônimas: Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

11.14.1.6 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.14.1.7 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.14.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.14.2 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, conforme o caso consistirá em:

11.14.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

11.14.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.14.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;

11.14.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;

11.14.2.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.14.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos - CNDT;

11.14.2.7 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.2.8 – Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 18 de 75

11.14.3 – Qualificação Técnica limitar-se-á:

12.14.3.1 - A Qualificação Técnica Operacional será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo este nas seguintes atividades:

- *Fornecimento de INSUMOS HOSPITALARES;*

11.14.3.2 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11.14.3.3 - Alvará de Licença Sanitária expedido pelo órgão da Vigilância Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante.

11.14.3.4 - AF-Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA;

11.14.4- Qualificação Econômico-Financeira limitar-se-á;

11.14.4.1- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.14.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

11.14.4.2.1.índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.14.4.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.14.4.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.14.4.2.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.14.4.2.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.15 - Declarações a serem apresentadas:

11.15.1 Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.15.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 19 de 75

11.15.3 O fornecedor/prestador enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021., quando for o caso.

11.16 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgãos da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

11.17 - A falta de quaisquer documentos exigidos no edital implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo exceto prazo para realização de Diligência a fim de sanar dúvidas e/ou falhas existentes a época da licitação para complementação da documentação exigida para a habilitação.

11.18 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram a matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

11.19 - Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos a no máximo a 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

11.20 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

11.21 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.22 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.23 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

11.24 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 20 de 75

microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.25 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado de apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando exigido.

11.26 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.27 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.28 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.1.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.1.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.1.5 – **Apresentar anexo a proposta final, para comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, esta deverá ser efetuada por meio de:**

a) **Cópia da Publicação no DOU – Diário Oficial da União; ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária; ou**
b) **Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária.**
c) **Em caso de registro vencido será aceito a Petição 1 e 2 de Revalidação, legível.**
d) **Os comprovantes de Registros na ANVISA ou Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar a analise.**
e) **Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária, inclusive acerca do cumprimento do art. 3º, VI, "a" da Lei nº 13.979/2020.**

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 21 de 75

12.2 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, conforme inciso II, do art. 12, da Lei 14.133/21, ressalvadas as hipóteses do art. 52, do mesmo diploma legal.

12.3 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 – O prazo de convocação será conforme o §1º, do 90, da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no objeto do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições e especificações necessárias.

13.5 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 – Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva,

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 22 de 75

na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8- O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, prorrogável por igual período, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

14. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

14.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

14.5 O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133/21.

14.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

14.7 A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/21.

15. DOS RECURSOS

15.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 23 de 75

15.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

Es15.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;

15.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º, do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. 9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.11 - Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no seguinte endereço: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES da Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás, à Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte s/n, Cidade Jardins, Valparaíso de Goiás-GO – CEP: 72870-000, site **www.valparaisodegoias.go.gov.br**, e/ou do e-mail: **licitacao@valparaisodegoias.go.gov.br**.

15.12 - **A interposição de recursos suspende o prazo de validade da proposta até a decisão.**

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 24 de 75

16.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123/2006 e alterações posteriores. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1.3 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.1.4 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 - Após a fase recursal, ou os licitantes participantes abrir mão do Recurso constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1 - Na ocorrência de fatos imprevisíveis, ou se previsíveis, porém de consequências incalculáveis, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ou ainda na hipótese de caso fortuito, de força maior, ou fato do príncipe, as partes de comum acordo, restabelecerão o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do disposto na alínea "d", do Inciso II, do artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - O fornecimento, do objeto licitado será efetuado pelo licitante vencedor obedecendo aos procedimentos indicados no Termo de Referência.

20.2 - Não serão aceitos fornecimentos feitos em desacordo com o contido nas autorizações.

21. DO PAGAMENTO

21.1 – O pagamento deverá acontecer no prazo de até 30 (Trinta) dias após apresentação de nota fiscal devidamente atestada e liberada pelo Controle Interno, deste município. A fatura deverá conter no mínimo os seguintes dados:

a) Data de emissão
b) Estar endereçada ao:
c) Estar endereçada ao
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC Secretaria de Saúde
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 25 de 75

Endereço: Rua 06 – Quadra 07 – Lote nº 01 – Parque Rio Branco – Valparaíso de Goiás/GO – CEP: 72.870-064 - CNPJ 04.786.328/0001-36.

d) Quantidade fornecida;
e) Especificação do serviço fornecido;
f) Preço unitário e total da fatura;

21.2 – O gestor do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumprida pela Contratada, todas as condições Pactuadas.

21.3 – Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pelo contratado de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos com o INSS, com o FGTS e CNDT trabalhista.

21.4 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal n° 023/2024 de 09/01/2024, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;
II - multa;
a) compensatória;
b) de mora.
III- impedimento de licitar e contratar;
IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

22.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 11.1.

22.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
I - descumprimento de pequena relevância;
II - inexecução parcial de obrigação contratual.

22.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 26 de 75

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal n° 023/2024 de 09/01/2024.

23. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

23.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, somente não admitindo se de outra forma inserida exclusivamente no meio eletrônico.

23.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

23.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e dos anexos.

23.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 27 de 75

23.8 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

24.1 - Os licitantes vencedores ficarão obrigados a:

24.1.1 - Fornecer os objetos nas condições e especificações do Termo de Referência, no preço e no prazo estipulados no Edital;

24.1.2 - Entregar os objetos especificados e em conformidade com o estipulado no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

24.1.3 - Recebidos os objetos especificados no Termo de Referência, estes serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo(s), em conformidade com o disposto na minuta contratual;

24.1.4 - A Contratada deverá substituir os objetos descritos no Termo de Referência imediatamente após a notificação feita pela Contratante que apresentarem irregularidade na sua execução, comprovada através de testes descritos no Anexo I - Termo de Referência. Estando em mora os licitantes vencedores, o prazo para substituição dos objetos não interromperá a multa por atraso prevista na minuta contratual.

24.1.5 - Manterem durante o fornecimento do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.1.6 - Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

24.1.7 - Demais responsabilidades definidas na minuta contratual em anexo, bem como as especificações do Termo de Referência.

24.1.8 - Atender as condições de recebimento e aceitação dos objetos licitados.

23.1.9 - Correrão por conta da Contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, deslocamentos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

24.1.10 - A contratada está obrigada a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse termo, deverá obrigatoriamente atender.

24.1.11 - A Contratada deverá manter, durante todo o Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesse termo, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação respectiva.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 28 de 75

24.1.12 - A Contratada está obrigada a responsabilizar-se por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do objeto em questão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

24.1.13 - A Contratada está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante.

24.1.14 - A Contratada está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos, mandatários ou conveniados; leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

24.1.15 - Além das responsabilidades resultantes da *Lei nº 14.133/21,* constitui ainda obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

a) Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;
b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação;
d) Após a homologação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;
e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante;
f) Manter durante toda a execução do termo respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
g) A contratada deverá obrigatoriamente entregar o material de acordo com as especificações determinadas em quantidade e especificações que trata este termo.
h) A Contratada deverá substituir os objetos descritos no Termo de Referência imediatamente após a notificação feita pela Contratante que apresentarem adulteração na sua composição, comprovada através de testes descritos no Anexo I - Termo de Referência.
i) A inobservância destas normas acarretará na aplicação das penalidades previstas no Edital e contrato.

25. DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE

25.1 – A contratante obriga-se a:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
a.1) A Contratante designará fiscal para acompanhar a fiel execução do respectivo termo contratual, ficando todo e qualquer pagamento submetido à certificação da perfeita e adequada execução do objeto que trata este Projeto Básico.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 29 de 75

b) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues e/ou fornecidos em desacordo com o Contrato;

c) proceder ao pagamento do contrato, na forma e nos prazos pactuados;

d) comunicar, em tempo hábil, à **CONTRATADA**, a quantidade de materiais a serem fornecidos;

e) emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.

26. DO CONTRATO

26.1 - Será firmado uma ARP ou contrato com os licitantes vencedores, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/21.

26.2 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelos licitantes vencedores e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste certame, independentemente de transcrição.

26.3 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

26.3.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

26.3.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

26.4 - Se os licitantes vencedores se recusarem a assinar o contrato, sem justificativa por escrita aceita pela Administração, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

26.5 - No caso do subitem anterior, sujeitam-se os licitantes vencedores, às penalidades aludidas no item 22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste Edital e na minuta contratual em anexo.

26.6 - Se o(s) licitante(s) vencedor(es) não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

27. DA RESCISÃO

27.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 30 de 75

28. DA DILIGÊNCIA

28.1 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar demais esclarecimentos que julgar necessários.
28.2 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

28.3 - Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

29.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 31 de 75

29.11 - O Edital está disponibilizado na íntegra no endereço eletrônico nos **sites:**

a. Portal da Transparência - **www.valparaisodegoias.go.gov.br**
b. Portal BNC: **www.bnc.org.br**

29.12 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, deste Município, situado na DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES da Prefeitura Municipal de Valparaíso de Goiás, à Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte s/n, Cidade Jardins, Valparaíso de Goiás-GO – CEP: 72870-000 e ainda através do e-mail: **licitacao@valparaisodegoias.go.gov.br.**

29.13 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites: **www.valparaisodegoias.go.go.gov.br** - Portal da Transparência; **www.bnc.org.br** - Portal BNC; bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás e/ou Diário Oficial da União, quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.

29.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, e deverão ser inclusos no sistema os seguintes anexos os quais deverão ser anexados ao sistema:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO IV	MINUTA DE ARP
ANEXO V	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI	DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
ANEXO IX	DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

29.15 – Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Valparaiso de Goiás/GO, com exclusão de qualquer outro.

Valparaiso de Goiás/GO, 03 de novembro de 2026

CARLOS JOSE DOS SANTOS
Agente de Contratação

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 32 de 75

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para o fornecimento de insumos hospitalares destinados ao cumprimento de determinações judiciais, visando atender às demandas dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Valparaíso de Goiás/GO, conforme prescrições, decisões judiciais e demais documentos que fundamentam cada demanda, observadas as especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento do objeto, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTDE	VALOR MÉDIO	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	ALCOOL LIQUIDO 70%	FRA	60	R$ 7,87	R$ 472,00
2	ALGODÃO 500g	PCT	15	R$ 20,51	R$ 307,70
3	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA METALICA N.5	UND	5	R$ 130,51	R$ 652,55
4	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	UND	130	R$ 4,92	R$ 639,60
5	COLETOR DE URINA 1000ML SISTEMA ABERTO (SACO)	UND	11.000	R$ 1,51	R$ 16.646,67
6	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO C/FILTRO DE AR	UND	8.000	R$ 1,42	R$ 11.386,67
7	ESPARADRAPO	UND	150	R$ 11,31	R$ 1.696,50
8	FIXADOR DE CANULA TRAQUEAL ADULTO	UND	500	R$ 19,35	R$ 9.675,00
9	FRALDAS INFANTIL XXG C/26	PCT	120	R$ 42,33	R$ 5.079,60
10	FRALDAS GERIATRICA P C/08	PCT	450	R$ 17,36	R$ 7.810,50
11	FRALDAS GERIATRICA M C/08	PCT	1.320	R$ 17,36	R$ 22.910,80
12	FRALDAS GERIATRICA M (BIGFRAL)	PCT	276	R$ 39,96	R$ 11.029,88
13	FRALDAS GERIATRICA G	PCT	3.360	R$ 18,81	R$ 63.190,40
14	FRALDAS GERIATRICA EG	PCT	600	R$ 18,71	R$ 11.228,00
15	FRASCO P/NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	UND	8.400	R$ 1,30	R$ 10.892,00
16	GAZES NÃO ESTERIL	UND	300	R$ 28,55	R$ 8.564,00
17	GAZES ESTERIL C/10 CAMADAS 7.5X7.5	PCT	12.000	R$ 1,27	R$ 15.200,00
18	JONTEX	UND	3.000	R$ 1,95	R$ 5.850,00
19	LUVA ESTERIL 7.0	CX	4.200	R$ 66,82	R$ 280.658,00
20	LUVA DE PROCEDIMENTO P C/100	CX	120	R$ 30,35	R$ 3.641,60
21	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/100	CX	200	R$ 30,35	R$ 6.069,33
22	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/100	CX	120	R$ 30,41	R$ 3.649,60
23	MASCARA P/TRAQUEOSTOMIA N.02	UND	12	R$ 17,52	R$ 210,28
24	MICROPORE	UND	240	R$ 6,76	R$ 1.621,60
25	SERINGA 20ML BICO LISO	UND	4.800	R$ 1,05	R$ 5.040,00
26	SERINGA 10 ML	UND	100	R$ 0,51	R$ 50,67
27	SERINGA 5 ML	UND	300	R$ 0,46	R$ 138,00
28	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.8 (CURTA)	UND	2.000	R$ 0,87	R$ 1.746,67
29	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.12 (CURTA)	UND	2.000	R$ 1,23	R$ 2.460,00
30	SONDA URETRAL N.10	UND	2.000	R$ 0,70	R$ 1.393,33
31	SONDA URETRAL N.12	UND	18.000	R$ 0,70	R$ 12.600,00
32	SONDA URETRAL N.14	UND	2.000	R$ 0,72	R$ 1.433,33
33	SONDA PARA GASTROSTOMIA 20FR 20ML	UND	24	R$ 167,28	R$ 4.014,80
34	SONDA FOLEY DE LATEX SILICONE ESTERIL 2 VIAS N.20	UND	36	R$ 6,03	R$ 217,20
35	SONDA FOLEY 16 FRS 02 VIAS COM BALÃO 100% SILICONE	UND	20	R$ 7,10	R$ 141,93
36	SONDA MIC KEY DE GASTROSTOMIA 18FR 3.0 CM	UND	1	R$ 4.341,99	R$ 4.341,99
			Total		**R$ 532.660,20**

Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte s/n
CEP: 72.870-000 / Valparaíso de Goiás (61) 3627-8953
CNPJ: 01.612.319/0001-09

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 33 de 75

1.3. Das especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	MEDIDA	QTDE
1	ALCOOL LIQUIDO 70%	Álcool etílico hidratado, concentração **70% INPM**, solução líquida, indicado para higienização e desinfecção de superfícies e/ou uso compatível com sua regularização sanitária. Embalagem resistente, devidamente lacrada e identificada, contendo lote, fabricação, validade e registro/notificação junto à ANVISA, quando aplicável.	FRA	60
2	ALGODÃO 500g	Algodão hidrófilo, 100% algodão, macio, absorvente, isento de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes e alvejantes ópticos, apresentado em rolo ou manta. Embalagem com 500 g, íntegra e devidamente identificada.	PCT	15
3	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA METALICA N.5	Cânula para traqueostomia, tamanho **nº 5**, confeccionada em metal resistente à corrosão, com cânula externa e interna removível, flange para fixação e acessórios compatíveis. Produto de uso médico-hospitalar, acabamento liso, sem rebarbas ou irregularidades, conforme indicação/prescrição do paciente.	UND	5
4	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	Equipo destinado à administração de nutrição enteral, descartável, com tubo flexível e transparente, câmara de gotejamento, filtro de ar, pinça reguladora de fluxo e conectores apropriados para frasco de dieta e sonda enteral. Embalagem individual, conforme regularização sanitária aplicável	UND	130
5	COLETOR DE URINA 1000ML SISTEMA ABERTO (SACO)	Equipo destinado à administração de nutrição enteral, descartável, com tubo flexível e transparente, câmara de gotejamento, filtro de ar, pinça reguladora de fluxo e conectores apropriados para frasco de dieta e sonda enteral. Embalagem individual, conforme regularização sanitária aplicável	UND	11.000
6	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO C/FILTRO DE AR	Equipo destinado à administração de nutrição enteral, descartável, com tubo flexível e transparente, câmara de gotejamento, filtro de ar, pinça reguladora de fluxo e conectores apropriados para frasco de dieta e sonda enteral. Embalagem individual, conforme regularização sanitária aplicável	UND	8.000
7	ESPARADRAPO	Fita adesiva hospitalar tipo esparadrapo, confeccionada em tecido resistente, com boa aderência, flexibilidade e facilidade de corte, revestida com adesivo apropriado para uso hospitalar. Preferencialmente dimensão 10 cm x 4,5 m, ou conforme especificação da demanda judicial	UND	150
8	FIXADOR DE CANULA TRAQUEAL ADULTO	Dispositivo para fixação de cânula de traqueostomia, tamanho adulto, confeccionado em material macio e resistente, ajustável, com sistema de fechamento seguro, destinado a proporcionar estabilidade à cânula e conforto ao paciente. Produto hipoalergênico e de uso individual	UND	500
9	FRALDAS INFANTIL XXG C/26	Fralda descartável infantil, tamanho XXG, anatômica, com núcleo absorvente, barreiras antivazamento, cobertura interna macia, sistema de fechamento ajustável e indicador de umidade quando disponível. Pacote com 26 unidades, conforme determinação judicial/prescrição	PCT	120
10	FRALDAS GERIATRICA P C/08	Fralda descartável para uso adulto/geriátrico, tamanho P, anatômica, com alta capacidade de absorção, barreiras antivazamento, cobertura interna macia, fitas adesivas reposicionáveis e sistema de controle de umidade. **Pacote com** 08 unidades	PCT	450
11	FRALDAS GERIATRICA M C/08	Fralda descartável para uso adulto/geriátrico, tamanho M, anatômica, com alta capacidade de absorção, barreiras antivazamento, cobertura interna macia e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 08 unidades	PCT	1.320
12	FRALDAS GERIATRICA M (BIGFRAL)	Fralda descartável geriátrica, tamanho M, marca Bigfral, ou conforme expressamente determinado na prescrição/decisão judicial, com alta absorção, barreiras antivazamento, formato anatômico, cobertura interna macia e sistema de fechamento ajustável. A exigência da marca deverá estar vinculada à determinação judicial ou justificativa técnica constante dos autos	PCT	276
13	FRALDAS GERIATRICA G	Fralda descartável para uso adulto/geriátrico, tamanho G, anatômica, com núcleo de alta absorção, barreiras antivazamento, cobertura interna macia e sistema de fechamento ajustável/reposicionável	PCT	3.360
14	FRALDAS GERIATRICA EG	Fralda descartável para uso adulto/geriátrico, tamanho EG, anatômica, indicada para incontinência moderada a intensa, com alta capacidade de absorção, barreiras antivazamento, cobertura interna macia e fitas de fechamento ajustáveis	PCT	600

Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte s/n
CEP: 72.870-000 / Valparaíso de Goiás (61) 3627-8953
CNPJ: 01.616.319/0001-09

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 34 de 75

15	FRASCO P/NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	Frasco descartável para administração de dieta/nutrição enteral, capacidade 300 mL, confeccionado em material plástico atóxico, transparente ou translúcido, graduado, com tampa e conexão compatível com equipo de nutrição enteral	UND	8.400
16	GAZES NÃO ESTERIL	Compressa de gaze hidrófila não estéril, confeccionada em 100% algodão, macia, absorvente, isenta de impurezas, fios soltos e substâncias estranhas, com dimensões compatíveis com o padrão hospitalar, preferencialmente 7,5 x 7,5 cm quando dobrada, 8 camadas, quando aplicável	UND	300
17	GAZES ESTERIL C/10 CAMADAS 7.5X7.5	Compressa de gaze hidrófila **estéril**, confeccionada em 100% algodão, dimensão aproximada de 7,5 x 7,5 cm, com 10 camadas, alta capacidade de absorção, isenta de fios soltos e impurezas. Embalagem individual ou conforme apresentação do fabricante, mantendo a esterilidade até o uso	PCT	12.000
18	JONTEX	Preservativo masculino, confeccionado em látex de borracha natural, lubrificado, transparente, com reservatório, embalagem individual inviolável. Quando houver exigência da marca Jontex, esta deverá estar expressamente fundamentada na prescrição, determinação judicial ou justificativa técnica; caso contrário, deverá ser utilizada especificação técnica sem direcionamento de marca	UND	3.000
19	LUVA ESTERIL 7.0	Luva cirúrgica estéril, tamanho **7,0**, anatômica, descartável, confeccionada em látex de borracha natural ou material tecnicamente compatível, com punho adequado, alta sensibilidade tátil e resistência. Embalada individualmente em par, garantindo esterilidade e integridade	CX	4.200
20	LUVA DE PROCEDIMENTO P C/100	Luva para procedimento não cirúrgico, tamanho P, descartável, ambidestra, não estéril, confeccionada em látex ou material especificado na demanda, resistente, com boa sensibilidade tátil. Caixa com 100 unidades	CX	120
21	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/100	Luva para procedimento não cirúrgico, tamanho M, descartável, ambidestra, não estéril, confeccionada em látex ou material especificado na demanda, resistente e com boa sensibilidade tátil. Caixa com 100 unidades	CX	200
22	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/100	Luva para procedimento não cirúrgico, tamanho G, descartável, ambidestra, não estéril, confeccionada em látex ou material especificado na demanda, resistente e com boa sensibilidade tátil. Caixa com 100 unidades	CX	120
23	MASCARA P/TRAQUEOSTOMIA N.02	Máscara destinada à administração de oxigênio/umidificação em paciente traqueostomizado, tamanho nº 02 ou dimensão correspondente à prescrição, confeccionada em material transparente, macio e flexível, com conector compatível com sistema respiratório e dispositivo de fixação ajustável	UND	12
24	MICROPORE	Fita cirúrgica microporosa, hipoalergênica, flexível, permeável ao ar e ao vapor, com adesivo adequado para fixação sobre a pele. Dimensão preferencial de 25 mm x 10 m, ou conforme especificação da demanda judicial	UND	240
25	SERINGA 20ML BICO LISO	Seringa descartável, capacidade 20 mL, estéril, corpo transparente, graduação legível e resistente, êmbolo com movimentação suave, bico liso tipo Luer Slip, sem agulha, embalagem individual	UND	4.800
26	SERINGA 10 ML	Seringa descartável, capacidade 10 mL, estéril, corpo transparente, graduação legível, êmbolo com movimentação suave, bico compatível com a finalidade de uso, sem agulha, embalagem individual	UND	100
27	SERINGA 5 ML	Seringa descartável, capacidade 5 mL, estéril, corpo transparente, graduação legível, êmbolo com movimentação suave, bico compatível com a finalidade de uso, sem agulha, embalagem individual	UND	300
28	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.8 (CURTA)	Sonda para aspiração traqueal, nº 8, modelo curto, estéril, descartável, confeccionada em material flexível, transparente e atóxico, com ponta atraumática, orifícios adequados para aspiração e conector universal. Embalagem individual	UND	2.000
29	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.12 (CURTA)	Sonda para aspiração traqueal, nº 12, modelo curto, estéril, descartável, confeccionada em material flexível, transparente e atóxico, com ponta atraumática, orifícios adequados para aspiração e conector universal. Embalagem individual	UND	2.000
30	SONDA URETRAL N.10	Sonda uretral nº 10, estéril, descartável, confeccionada em material flexível, atóxico e transparente, com superfície lisa, ponta atraumática, orifícios laterais adequados e conector compatível. Embalagem individual	UND	2.000
31	SONDA URETRAL N.12	Sonda uretral nº 12, estéril, descartável, confeccionada em material flexível, atóxico e transparente, com superfície lisa, ponta atraumática, orifícios laterais adequados e conector compatível. Embalagem individual	UND	18.000

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 35 de 75

32	SONDA URETRAL N.14	Sonda uretral nº 14, estéril, descartável, confeccionada em material flexível, atóxico e transparente, com superfície lisa, ponta atraumática, orifícios laterais adequados e conector compatível. Embalagem individual	UND	2.000
33	SONDA PARA GASTROSTOMIA 20FR 20ML	Sonda para gastrostomia, calibre 20 FR, confeccionada em silicone ou material biocompatível, com balão de retenção com capacidade de 20 m**L**, marcações de referência, conectores adequados para alimentação/medicação e sistema de fechamento seguro. Estéril, embalagem individual	UND	24
34	SONDA FOLEY DE LATEX SILICONE ESTERIL 2 VIAS N.20	Sonda vesical de demora tipo Foley, calibre **20 FR**, **2 vias**, estéril, descartável, confeccionada em látex siliconizado ou material equivalente conforme especificação da demanda, com balão de retenção, ponta atraumática, orifícios de drenagem e conectores apropriados	UND	36
35	SONDA FOLEY 16 FRS 02 VIAS COM BALÃO 100% SILICONE	Sonda vesical de demora tipo Foley, calibre **16 FR**, **2 vias**, confeccionada em **100% silicone**, estéril, descartável, com balão de retenção, ponta atraumática, superfície lisa, orifícios adequados para drenagem e conectores identificados. Embalagem individual	UND	20
36	SONDA MIC KEY DE GASTROSTOMIA 18FR 3.0 CM	Dispositivo de gastrostomia de **baixo perfil tipo MIC-KEY**, calibre **18 FR**, comprimento do estoma **3,0 cm**, confeccionado em silicone grau médico/biocompatível, com balão de retenção, válvula antirrefluxo e porta para alimentação/medicação, estéril e de uso individual. Deverá ser fornecido com os acessórios indispensáveis à sua utilização quando integrantes da apresentação comercial do produto, observada rigorosamente a prescrição do paciente	UND	1

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato/ARP. na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, prorrogável por igual período, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o **cumprimento de determinações judiciais** que impõem ao Município o fornecimento de insumos hospitalares específicos a pacientes assistidos pela rede pública municipal de saúde, conforme prescrições, relatórios médicos, decisões judiciais e demais documentos constantes dos respectivos processos.

2.2. As demandas judiciais em saúde possuem caráter específico e, em muitos casos, contínuo e urgente, uma vez que estão diretamente relacionadas à manutenção do tratamento, à recuperação, à qualidade de vida e à preservação das condições de saúde dos pacientes beneficiários. Dessa forma, a indisponibilidade ou o atraso no fornecimento dos insumos determinados judicialmente poderá ocasionar interrupção do tratamento, agravamento do quadro clínico e prejuízos à assistência, além de configurar descumprimento da ordem judicial pelo Município.

2.3. A necessidade da contratação decorre, ainda, da obrigação constitucional do Poder Público de garantir o direito à saúde, nos termos dos **arts. 6º e 196 da Constituição Federal**, bem como das

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 36 de 75

disposições da **Lei Federal nº 8.080/1990**, que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e disciplina a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

2.4. Considerando que as determinações judiciais podem contemplar insumos com características, apresentações, tamanhos, especificações e quantitativos próprios, definidos de acordo com a necessidade individual de cada paciente, torna-se indispensável que a Administração disponha de meios para realizar a aquisição dos produtos de forma adequada e tempestiva, observando rigorosamente as especificações constantes das prescrições e das respectivas decisões judiciais.

2.5. Ressalta-se que o atendimento dessas demandas não se confunde integralmente com o consumo ordinário das unidades de saúde, uma vez que decorre de obrigações individualizadas impostas judicialmente, podendo envolver produtos específicos que não integram o estoque regular ou cuja quantidade disponível seja insuficiente para assegurar o cumprimento da determinação no prazo estabelecido.

2.6. A contratação deverá garantir que os produtos fornecidos possuam qualidade, segurança, procedência e regularidade sanitária, quando aplicável, observando-se as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes, bem como condições adequadas de armazenamento, transporte, validade e entrega.

2.7. A definição dos quantitativos deverá considerar as decisões judiciais vigentes, as prescrições e relatórios técnicos correspondentes, o período estimado de atendimento e o histórico das demandas, quando disponível, buscando dimensionar a contratação de maneira compatível com a necessidade efetivamente identificada e evitar aquisições excessivas ou insuficientes.

2.8. Sob a perspectiva administrativa, a contratação também busca conferir maior organização, segurança e eficiência ao atendimento das demandas judiciais, reduzindo o risco de desabastecimento, aquisições fragmentadas e atrasos que possam resultar em responsabilização do Município, aplicação de multas, bloqueios judiciais ou outras medidas decorrentes do descumprimento das decisões.

2.9. A contratação encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade da prestação dos serviços públicos, observando-se as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente quanto à adequada caracterização da necessidade administrativa e ao planejamento da contratação.

2.10. Dessa forma, evidencia-se que a aquisição dos insumos hospitalares é necessária e indispensável para assegurar o cumprimento tempestivo das determinações judiciais e a continuidade da assistência aos pacientes beneficiários, garantindo que o Município cumpra suas obrigações legais e judiciais e, sobretudo, assegure a proteção do direito fundamental à saúde.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, sanitários, operacionais e legais necessários para assegurar o fornecimento adequado, seguro e tempestivo dos insumos hospitalares destinados ao cumprimento de determinações judiciais, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, nas prescrições médicas e nos respectivos processos judiciais.

3.2. Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, originais, íntegros e em perfeitas condições de utilização, não sendo admitidos produtos violados, danificados, adulterados, recondicionados ou em desacordo com as especificações exigidas.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 37 de 75

3.3. Os insumos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Administração, especialmente quanto a composição, apresentação, dimensão, tamanho, capacidade, modelo, material, unidade de fornecimento e demais características indispensáveis à adequada utilização pelo paciente.

3.4. Quando a determinação judicial, prescrição médica ou relatório técnico indicar marca, modelo ou característica específica, o fornecimento deverá observar rigorosamente a determinação, desde que devidamente justificada nos documentos que fundamentam a demanda, não sendo admitida substituição sem prévia análise e autorização da Administração e, quando necessária, manifestação do profissional responsável ou adequação da respectiva determinação judicial.

3.5. Todos os produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir registro, cadastro, notificação ou regularização perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme a classificação e a legislação aplicável, devendo a contratada comprovar sua regularidade sempre que solicitado.

3.6. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente identificadas e lacradas, contendo, quando aplicável, nome do produto, fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade, instruções de uso, condições de armazenamento e demais informações exigidas pela legislação sanitária.

3.7. Os insumos que possuam prazo de validade deverão ser entregues com período remanescente suficiente para sua utilização regular pelo paciente, de modo a evitar perdas e desperdícios, ressalvadas situações excepcionais previamente justificadas e expressamente aceitas pela Administração.

3.8. A contratada deverá garantir a adequada conservação dos produtos durante todas as etapas de armazenamento e transporte, observando as condições de temperatura, umidade, proteção, acondicionamento e demais requisitos estabelecidos pelo fabricante e pela legislação sanitária.

3.9. Considerando que os produtos se destinam ao cumprimento de ordens judiciais, a contratada deverá possuir capacidade logística para atendimento das solicitações nos prazos estabelecidos pela Administração, inclusive quando houver necessidade de fornecimento prioritário decorrente do prazo fixado judicialmente.

3.10. As entregas poderão ocorrer de forma integral ou parcelada, conforme a necessidade da Administração, o período de tratamento do paciente, os quantitativos autorizados e as características de cada demanda judicial, mediante emissão da respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

3.11. A contratada deverá realizar, sem qualquer ônus adicional para a Administração, a substituição dos produtos que apresentarem avarias, defeitos, irregularidades, divergência de especificação, violação da embalagem, prazo de validade inadequado ou qualquer outra desconformidade identificada no recebimento ou durante sua utilização, quando comprovadamente relacionada ao produto fornecido.

3.12. Não será admitida a substituição unilateral do produto contratado por outro considerado similar ou equivalente. Eventual necessidade de substituição deverá ser previamente submetida à Administração para análise, especialmente considerando a vinculação dos itens às prescrições e determinações judiciais.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 38 de 75

3.13. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como cumprir integralmente as normas sanitárias, comerciais, fiscais, trabalhistas e demais disposições legais aplicáveis ao objeto.

3.14. Todas as despesas necessárias ao fornecimento, incluindo embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos incidentes, deverão estar incluídas nos preços contratados, não cabendo cobrança adicional à Administração.

3.15. A execução deverá ocorrer de maneira a garantir a continuidade do fornecimento e o cumprimento tempestivo das decisões judiciais, devendo a contratada comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato que possa comprometer ou atrasar a entrega, apresentando as providências adotadas para regularização.

3.16. Os produtos somente serão considerados definitivamente recebidos após a verificação de sua conformidade com as especificações, quantitativos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na respectiva Ordem de Fornecimento.

3.17. A contratação deverá observar, no que couber, as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei nº 8.080/1990**, das normas sanitárias vigentes e demais regulamentos aplicáveis ao fornecimento de produtos e insumos destinados à assistência à saúde.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto ocorrerá mediante o fornecimento de insumos hospitalares destinados ao cumprimento de determinações judiciais, de acordo com as especificações, quantitativos, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, nas respectivas Ordens de Fornecimento e nos documentos que fundamentam cada demanda.

4.2. O fornecimento será realizado sob demanda, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, considerando as decisões judiciais vigentes, prescrições médicas, relatórios técnicos, período de tratamento e demais documentos pertinentes, devendo ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

4.3. As solicitações serão formalizadas mediante Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, contendo, sempre que aplicável, a identificação do item, quantitativo, especificação, local de entrega e prazo para atendimento.

4.4. Considerando a natureza do objeto e sua vinculação ao cumprimento de determinações judiciais, a contratada deverá conferir prioridade às solicitações encaminhadas pela Administração, adotando todas as providências necessárias para que os produtos sejam disponibilizados dentro do prazo estabelecido, evitando interrupções no tratamento dos pacientes e descumprimento das decisões judiciais.

4.5. As entregas poderão ocorrer de forma integral ou parcelada, conforme definido pela Administração, não estando esta obrigada a solicitar a totalidade estimada de uma única vez, quando a natureza da contratação permitir o fornecimento sob demanda.

4.6. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Valparaíso de Goiás/GO, em dias e horários previamente estabelecidos pela Administração, podendo o local de entrega variar conforme a necessidade administrativa e a natureza da demanda judicial.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 39 de 75

4.7. A contratada será responsável pelo transporte, acondicionamento, carga, descarga e demais procedimentos necessários à entrega dos produtos, devendo preservar integralmente suas características, qualidade, segurança e condições de utilização.

4.8. No momento da entrega, os produtos deverão estar acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual deverão constar, de maneira compatível com a Ordem de Fornecimento, a descrição dos itens, quantitativos e demais informações necessárias à identificação e conferência.

4.9. O recebimento inicial dos produtos não implicará sua aceitação definitiva. A Administração realizará a conferência quanto aos quantitativos, especificações, integridade das embalagens, validade, lote, regularidade sanitária e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

4.10. Os produtos entregues em desacordo com as especificações, em quantidade divergente, com embalagem violada ou danificada, prazo de validade inadequado ou qualquer outra irregularidade poderão ser recusados total ou parcialmente, ficando a contratada obrigada a providenciar sua substituição, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.11. A substituição de produtos recusados deverá ocorrer em prazo compatível com a urgência da demanda, especialmente quando o item estiver vinculado a tratamento contínuo ou a prazo estabelecido judicialmente, sem prejuízo das medidas administrativas e sanções cabíveis em caso de atraso injustificado.

4.12. Não será permitida a substituição de marca, modelo, apresentação, dimensão ou especificação do produto sem prévia autorização da Administração, sobretudo quando tais características decorrerem expressamente da prescrição médica, relatório técnico ou decisão judicial.

4.13. Quando houver alteração, suspensão ou extinção da determinação judicial, modificação da prescrição, falecimento do beneficiário, mudança de tratamento ou qualquer circunstância que implique alteração da necessidade inicialmente prevista, a Administração poderá adequar, suspender ou cessar as solicitações futuras, observadas as obrigações já regularmente constituídas e as disposições contratuais aplicáveis.

4.14. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos do **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, cabendo à fiscalização registrar ocorrências, verificar o cumprimento das obrigações e solicitar as correções necessárias.

4.15. A contratada deverá manter canal de comunicação atualizado e acessível para recebimento das solicitações e tratamento de eventuais intercorrências relacionadas às entregas, especialmente aquelas que possam comprometer o atendimento tempestivo das determinações judiciais.

4.16. A execução do objeto deverá observar os princípios da continuidade, eficiência, economicidade e interesse público, garantindo o fornecimento tempestivo dos insumos e a adequada assistência aos pacientes beneficiários das decisões judiciais.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

5.1. A medição do objeto será realizada com base nos insumos hospitalares efetivamente fornecidos e devidamente recebidos pela Administração, em conformidade com as especificações, quantitativos, valores unitários e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta da contratada e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 40 de 75

5.2. Para fins de medição, serão considerados exclusivamente os produtos que tenham sido entregues e aceitos pela fiscalização, após conferência quanto à quantidade, especificação, marca/modelo quando exigidos, apresentação, integridade das embalagens, prazo de validade, lote e demais requisitos aplicáveis.

5.3. Não serão objeto de medição ou pagamento os produtos:

- entregues em desacordo com as especificações estabelecidas;
- não solicitados ou fornecidos em quantidade superior à autorizada;
- recusados pela fiscalização;
- com embalagem violada, avariada ou em condições inadequadas;
- com prazo de validade incompatível com as exigências da contratação; ou
- substituídos sem prévia autorização da Administração, quando necessária.

5.4. O recebimento dos produtos ocorrerá em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante verificação de sua compatibilidade com as condições estabelecidas na contratação, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou irregularidades posteriormente identificados.

5.5. Após a entrega, a contratada deverá apresentar a respectiva **Nota Fiscal/Fatura**, contendo a descrição dos produtos fornecidos, quantitativos, valores unitários e totais, bem como as demais informações necessárias à identificação da contratação e da correspondente Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho.

5.6. A Nota Fiscal/Fatura será submetida à conferência e ao ateste do servidor responsável pela fiscalização, que verificará a efetiva entrega e a conformidade dos produtos antes de encaminhá-la para os procedimentos de liquidação e pagamento.

5.7. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, divergência de quantitativos ou valores, irregularidade na entrega ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido ou a contratada será formalmente comunicada para realizar a regularização necessária, ficando o pagamento condicionado à correção da pendência.

5.8. O pagamento será realizado somente pelos quantitativos efetivamente solicitados, fornecidos e aceitos, não sendo devido qualquer pagamento relativo à estimativa global da contratação que não tenha sido objeto de efetivo fornecimento.

5.9. O pagamento será efetuado pela Administração após o regular recebimento e ateste da Nota Fiscal/Fatura, observada a ordem cronológica de pagamentos e os prazos e procedimentos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, bem como as normas financeiras e orçamentárias aplicáveis ao Município.

5.10. Para fins de pagamento, a contratada deverá manter as condições de habilitação e regularidade exigidas durante a contratação, podendo a Administração realizar as verificações necessárias antes da liquidação da despesa.

5.11. Quando cabíveis, serão efetuadas as retenções tributárias e demais deduções previstas na legislação vigente.

5.12. A existência de eventual atraso na entrega, fornecimento parcial, necessidade de substituição ou outra ocorrência imputável à contratada não implicará pagamento dos produtos ainda não

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 41 de 75

regularmente recebidos e aceitos, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e sanções previstas na contratação.

5.13. Considerando que o objeto se destina ao atendimento de **determinações judiciais**, a medição e o pagamento deverão manter correspondência com as entregas efetivamente realizadas, permitindo adequada rastreabilidade entre a solicitação administrativa, os produtos fornecidos e os respectivos documentos fiscais.

5.14. O pagamento não implicará aceitação definitiva de produtos que posteriormente apresentem vícios ou irregularidades, permanecendo a contratada responsável pela substituição, correção ou demais providências cabíveis, nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. O fornecimento do objeto será integral.

6.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnica, além das autorizações sanitárias, ambientais e profissionais pertinentes à natureza do objeto.

6.3. Habilitação jurídica:

6.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

6.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

6.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 42 de 75

Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.3.10. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI).

6.3.11. Para os itens de natureza divisível, poderá ser estabelecida cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo para participação exclusiva de ME/EPP/MEI, permanecendo a cota principal destinada à ampla concorrência, conforme previsto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.3.12. Não havendo propostas válidas ou vencedores para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, desde que mantidas as condições mais vantajosas para a Administração.

6.3.13. Para usufruir dos benefícios previstos na legislação, a licitante deverá comprovar seu enquadramento como ME, EPP ou MEI mediante apresentação de documento hábil emitido na forma da legislação vigente.

6.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ***Estadual ou Distrital*** **e** ***Municipal ou Distrital*** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda ***Estadual ou Distrital*** **e** ***Municipal ou Distrital*** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ***Estadual ou Distrital*** **e** ***Municipal ou Distrital*** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.5. Deverá, ainda, apresentar declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos**,** nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.6. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 43 de 75

b) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e
III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).
c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
d) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

6.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

6.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

6.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

6.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

6.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

6.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;
b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

6.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável:

7.1.1. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à adequada execução do objeto, especialmente as especificações, quantitativos, locais de entrega e demais elementos indispensáveis ao atendimento das demandas decorrentes de determinações judiciais;

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 44 de 75

7.1.2. Emitir e encaminhar as respectivas Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho ou instrumentos equivalentes, contendo as informações necessárias à correta identificação dos produtos solicitados;
7.1.3. Informar, quando necessário, a prioridade e o prazo para atendimento da demanda, especialmente nos casos em que houver prazo judicial estabelecido ou risco de interrupção do tratamento do paciente;
7.1.4. Disponibilizar local e servidor responsável para o recebimento e conferência dos produtos fornecidos;
7.1.5. Receber, conferir e avaliar os produtos entregues, verificando sua conformidade com as especificações, quantitativos, marca/modelo quando exigidos, apresentação, integridade da embalagem, prazo de validade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;
7.1.6. Recusar, total ou parcialmente, os produtos entregues em desacordo com as condições estabelecidas, comunicando à CONTRATADA as irregularidades identificadas e solicitando sua substituição ou regularização;
7.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, registrando as ocorrências relacionadas à execução e determinando as providências necessárias à correção de eventuais falhas;
7.1.8. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade, atraso, defeito, vício ou desconformidade identificada durante a execução;
7.1.9. Informar à CONTRATADA, tão logo tenha conhecimento, eventual alteração, suspensão ou revogação da determinação judicial, modificação da prescrição ou qualquer circunstância que implique alteração ou encerramento da necessidade de fornecimento, para adequação das solicitações futuras;
7.1.10. Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos produtos efetivamente entregues e aceitos, após a devida conferência pela fiscalização;
7.1.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos produtos efetivamente solicitados, fornecidos e devidamente recebidos, observadas as condições, os prazos e os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável;
7.1.12. Efetuar as retenções tributárias e demais deduções legalmente previstas, quando aplicáveis;
7.1.13. Aplicar à CONTRATADA, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
7.1.14. Não permitir o fornecimento de produtos em desacordo com as especificações estabelecidas, especialmente quando estas decorrerem de prescrição médica, relatório técnico ou determinação judicial;
7.1.15. Adotar as providências administrativas necessárias para garantir a continuidade e a regularidade do atendimento das demandas judiciais, dentro dos limites de sua competência;
7.1.16. Zelar pela adequada gestão da contratação, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público previstos na legislação vigente.
7.1.17. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento de suas obrigações, inclusive quanto à qualidade, procedência, segurança e conformidade dos produtos fornecidos.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável:

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 45 de 75

8.1.1. Fornecer os insumos hospitalares destinados ao cumprimento de determinações judiciais em estrita conformidade com as especificações, quantitativos, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e nas respectivas Ordens de Fornecimento;

8.1.2. Atender às solicitações da CONTRATANTE de forma tempestiva, conferindo especial prioridade às demandas vinculadas a prazos judiciais, tratamentos contínuos ou situações em que o atraso possa comprometer a assistência ao paciente;

8.1.3. Fornecer produtos novos, de primeiro uso, originais, íntegros, devidamente acondicionados e em perfeitas condições de utilização, vedado o fornecimento de produtos usados, recondicionados, adulterados, violados ou danificados;

8.1.4. Observar rigorosamente a marca, modelo, apresentação, composição, dimensão, tamanho, capacidade e demais características técnicas estabelecidas, especialmente quando decorrerem de prescrição médica, relatório técnico ou determinação judicial;

8.1.5. Não substituir, por iniciativa própria, produto, marca, modelo, apresentação ou especificação por item similar ou equivalente sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, quando tal substituição for juridicamente e tecnicamente admissível;

8.1.6. Garantir que os produtos sujeitos à vigilância sanitária estejam devidamente registrados, cadastrados, notificados ou regularizados perante a ANVISA, conforme exigido pela legislação aplicável, apresentando a respectiva comprovação sempre que solicitada;

8.1.7. Entregar os produtos em suas embalagens originais, lacradas e devidamente identificadas, contendo, quando aplicável, informações relativas ao fabricante, lote, fabricação, validade, composição, condições de conservação e demais dados exigidos pela legislação;

8.1.8. Assegurar que os produtos sejam entregues com prazo de validade compatível com o período previsto para sua utilização, evitando perdas, desperdícios ou comprometimento da continuidade do tratamento;

8.1.9. Responsabilizar-se pelo adequado armazenamento, acondicionamento e transporte dos produtos até o local indicado pela CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas pelo fabricante e pelas normas sanitárias vigentes;

8.1.10. Arcar integralmente com todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo embalagem, transporte, carga, descarga, seguros, tributos, taxas, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e demais custos necessários à execução do objeto, sem qualquer cobrança adicional à CONTRATANTE;

8.1.11. Providenciar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, a substituição dos produtos recusados por apresentarem defeitos, avarias, divergências de especificação, embalagem violada, validade inadequada ou qualquer outra desconformidade;

8.1.12. Efetuar a substituição dos produtos recusados com a máxima brevidade e em prazo compatível com a urgência da demanda judicial, de forma a não comprometer o tratamento do paciente ou ocasionar descumprimento da decisão judicial;

8.1.13. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer ou atrasar o fornecimento, apresentando a justificativa correspondente e as medidas adotadas para assegurar o atendimento da demanda;

8.1.14. Manter canal de comunicação atualizado e disponível para o recebimento de Ordens de Fornecimento e demais comunicações da CONTRATANTE relacionadas à execução do objeto;

8.1.15. Emitir Nota Fiscal/Fatura contendo informações compatíveis com os produtos efetivamente fornecidos, discriminando adequadamente os itens, quantitativos, valores unitários e totais e demais informações necessárias à liquidação da despesa;

8.1.16. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização e atender prontamente às determinações da CONTRATANTE relacionadas à correção de falhas ou irregularidades verificadas na execução;

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 46 de 75

8.1.17. Manter, durante todo o período de execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como a regularidade fiscal, trabalhista e demais condições legalmente exigíveis;
8.1.18. Cumprir integralmente as normas sanitárias e técnicas aplicáveis ao objeto, especialmente aquelas expedidas pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA,** sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes;
8.1.19. Responsabilizar-se pela qualidade, procedência, segurança e conformidade dos produtos fornecidos, inclusive por vícios, defeitos ou irregularidades identificados posteriormente ao recebimento;
8.1.20. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do objeto, quando decorrentes de sua ação ou omissão, na forma da legislação aplicável;
8.1.21. Não transferir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas pela legislação e previamente autorizadas, quando cabível;
8.1.22. Manter absoluto sigilo sobre **dados pessoais, informações de saúde, prescrições, laudos, decisões judiciais e demais informações eventualmente acessadas durante a execução**, utilizando-as exclusivamente para a finalidade necessária ao cumprimento do objeto e observando a legislação aplicável à proteção de dados pessoais;
8.1.23. Cumprir as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da legislação sanitária, das normas de proteção de dados pessoais e demais normas aplicáveis à execução da contratação.
8.1.24. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis e a aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
8.1.25. A responsabilidade da CONTRATADA permanecerá integral quanto à qualidade e regularidade dos produtos fornecidos, ainda que estes tenham sido recebidos ou pagos pela Administração, quando posteriormente constatados vícios, defeitos, desconformidades ou outras irregularidades imputáveis ao fornecimento.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A contratação e a execução do objeto deverão observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA, nas respectivas Ordens de Fornecimento e demais documentos integrantes do processo administrativo, bem como as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

9.2. Os quantitativos previstos na contratação possuem caráter estimativo, quando assim estabelecido, e serão solicitados de acordo com a **efetiva** necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente em razão da manutenção, alteração, inclusão, suspensão ou extinção das determinações judiciais que fundamentam o fornecimento.

9.3. A CONTRATANTE não estará obrigada a solicitar a totalidade dos quantitativos estimados, sendo devido pagamento exclusivamente pelos produtos efetivamente solicitados, fornecidos, recebidos e aceitos, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

9.4. As solicitações de fornecimento estarão condicionadas à existência e à vigência das respectivas demandas judiciais e às necessidades dos pacientes beneficiários, podendo sofrer alterações em decorrência de nova prescrição, relatório técnico, decisão judicial superveniente ou outra circunstância devidamente justificada.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 47 de 75

9.5. Considerando a natureza da contratação, vinculada ao cumprimento de determinações judiciais relacionadas à assistência à saúde, a execução deverá ocorrer de forma célere e eficiente, de modo a evitar interrupção de tratamentos, prejuízos aos pacientes e eventual descumprimento de ordem judicial.

9.6. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as especificações constantes de cada solicitação, especialmente quando determinadas por prescrição médica, relatório técnico ou decisão judicial, não sendo admitidas alterações ou substituições sem prévia autorização da CONTRATANTE.

9.7. Eventuais omissões, dúvidas ou situações não previstas neste Termo de Referência serão analisadas e solucionadas pela CONTRATANTE à luz da legislação aplicável, das condições estabelecidas no processo de contratação e dos princípios que regem a Administração Pública.

9.8. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança, procedência, regularidade e integral cumprimento das obrigações assumidas.

9.9. A CONTRATADA deverá observar a confidencialidade das informações a que eventualmente tiver acesso em razão da execução do objeto, especialmente aquelas relacionadas aos pacientes, prescrições, relatórios médicos e processos judiciais, observando a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

9.10. Eventuais alterações contratuais deverão observar os limites, requisitos e procedimentos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, não sendo admitidas modificações que descaracterizem o objeto ou contrariem as condições que fundamentaram a contratação.

9.11. A CONTRATADA ficará sujeita às medidas administrativas e às sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual em caso de descumprimento das obrigações assumidas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.12. Integram a contratação, para todos os fins, este Termo de Referência, seus anexos, a proposta apresentada pela CONTRATADA, as Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e demais documentos formalmente vinculados ao processo administrativo.

9.13. A execução da contratação deverá observar, em todas as suas etapas, os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência e interesse público**, buscando assegurar o adequado cumprimento das determinações judiciais e a continuidade da assistência aos pacientes beneficiários.

9.14. Os casos omissos serão dirimidos pela Administração, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Federal nº 8.080/1990**, da legislação sanitária vigente e das demais normas aplicáveis ao objeto.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 532.660,20 (quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1.2.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 48 de 75

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DA DESPESA (NATUREZA)	FONTE
MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO FMS	13.1311.10.301.7021.2475 FICHA: 20261061	33.90.30	102

12. MATRIZ DE RISCO

12.1. A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar os principais eventos que possam comprometer o fornecimento de **insumos hospitalares destinados ao cumprimento de determinações judiciais**, estabelecendo medidas preventivas e de contingência capazes de reduzir impactos sobre a execução contratual, a continuidade do tratamento dos pacientes e o cumprimento tempestivo das ordens judiciais.

12.2. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento:

Risco	Probabilidade	Impacto	Medida preventiva/mitigadora	Responsável
Atraso na entrega dos insumos	Média	Alto	Estabelecer prazos compatíveis com as determinações judiciais; acompanhamento das Ordens de Fornecimento; comunicação imediata de intercorrências.	Contratada/ Fiscalização
Desabastecimento ou indisponibilidade do produto no mercado.	Média	Alto	Acompanhamento prévio da disponibilidade; planejamento das solicitações; comunicação antecipada pela contratada sobre eventual dificuldade de fornecimento.	Contratada / Contratante
Entrega de produto diferente do determinado judicialmente ou prescrito.	Baixa	Alto	Conferência rigorosa das especificações antes da emissão da Ordem de Fornecimento e no recebimento; vedação à substituição sem autorização prévia.	Contratada / Fiscalização
Produto com validade insuficiente, embalagem violada ou avariada	Baixa	Médio/Alto	Conferência no recebimento; exigência de condições adequadas de armazenamento e transporte; substituição imediata dos produtos recusados.	Contratada
Descumprimento do prazo fixado judicialmente	Média	Muito Alto	Identificação das demandas prioritárias; controle dos prazos judiciais; acompanhamento contínuo das entregas; adoção imediata de medidas administrativas diante de risco de atraso.	Contratante / Contratada
Interrupção do tratamento do paciente por falta	Baixa/Média	Muito Alto	Planejamento das solicitações considerando o período de tratamento; acompanhamento dos quantitativos	Contratante / Contratada

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 49 de 75

do insumo			disponíveis e prioridade para itens de uso contínuo.	
Alteração da prescrição médica ou da decisão judicial durante a execução	Média	Médio	Atualização periódica das informações; adequação ou suspensão das solicitações futuras após ciência da alteração.	Contratante
Aquisição excessiva em razão da suspensão da demanda, alteração do tratamento ou falecimento do beneficiário	Baixa/Média	Médio	Preferência por entregas parceladas e sob demanda; acompanhamento individualizado das decisões judiciais antes de novas solicitações.	Contratante
Produto sem regularidade sanitária ou em desacordo com normas da ANVISA	Baixa	Alto	Exigir registro, cadastro, notificação ou regularização sanitária quando aplicável; conferência da documentação e das condições do produto.	Contratada / Fiscalização
Falha no armazenamento ou transporte dos produtos	Baixa	Alto	Exigir cumprimento das condições estabelecidas pelo fabricante e pelas normas sanitárias; fiscalização das condições de entrega.	Contratada
Erro na especificação ou quantitativo constante da Ordem de Fornecimento	Baixa	Alto	Conferência prévia entre decisão judicial, prescrição, Termo de Referência e Ordem de Fornecimento antes do encaminhamento à contratada.	Contratante
Aumento inesperado de novas demandas judiciais	Média	Alto	Acompanhamento contínuo das demandas; planejamento dos quantitativos; avaliação da necessidade de adequação contratual, observados os limites legais.	Contratante
Inexecução total ou parcial pela contratada	Baixa/Média	Muito Alto	Fiscalização contínua; notificações formais; aplicação das medidas contratuais e sanções cabíveis; adoção tempestiva de solução alternativa permitida pela legislação.	Contratante
Falha na comunicação entre a Administração e a contratada	Média	1.1.1. Médio	1.1.2. Manutenção de canais oficiais e atualizados; confirmação do recebimento das Ordens de Fornecimento e registro das comunicações relevantes.	1.1.3. Contratante / Contratada
Exposição indevida de dados pessoais ou informações de saúde dos pacientes	Baixa	Alto	Compartilhamento somente das informações estritamente necessárias à execução; controle de acesso; dever de confidencialidade e observância da legislação de proteção de dados.	Contratante / Contratada
Aplicação de multa, bloqueio judicial ou responsabilização do Município pelo não cumprimento da decisão	Baixa/Média	Muito Alto	Controle rigoroso dos prazos; acompanhamento das entregas; priorização das demandas judiciais e adoção imediata de providências diante de risco de descumprimento.	Contratante / Contratada
Atraso na entrega	Média	Alto	Estabelecer prazos compatíveis com as	Contratada /

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 50 de 75

dos insumos			determinações judiciais; acompanhamento das Ordens de Fornecimento; comunicação imediata de intercorrências.	Fiscalização
Desabastecimento ou indisponibilidade do produto no mercado	Média	Alto	Acompanhamento prévio da disponibilidade; planejamento das solicitações; comunicação antecipada pela contratada sobre eventual dificuldade de fornecimento.	Contratada / Contratante
Entrega de produto diferente do determinado judicialmente ou prescrito	Baixa	Alto	Conferência rigorosa das especificações antes da emissão da Ordem de Fornecimento e no recebimento; vedação à substituição sem autorização prévia.	Contratada / Fiscalização

12.3. Distribuição dos riscos:

12.3.1. Riscos atribuídos predominantemente à CONTRATADA: aqueles relacionados à disponibilidade dos produtos após a aceitação da obrigação de fornecimento, qualidade, procedência, regularidade sanitária, acondicionamento, transporte, entrega dentro do prazo estabelecido e substituição de produtos recusados, quando decorrentes de fatos sob sua responsabilidade.

12.3.2. Riscos atribuídos predominantemente à CONTRATANTE: aqueles relacionados à correta identificação da demanda judicial, definição das especificações e quantitativos, emissão das Ordens de Fornecimento, acompanhamento dos prazos judiciais e comunicação de alterações, suspensões ou encerramento das demandas.

12.3.3. Riscos compartilhados: aqueles decorrentes de situações que exijam atuação conjunta das partes, especialmente indisponibilidade excepcional de produtos no mercado, alterações supervenientes que afetem a execução e outras circunstâncias imprevisíveis ou de difícil controle, observada a responsabilidade de cada parte e a legislação aplicável.

12.4. Monitoramento dos riscos:

12.4.1. O gerenciamento dos riscos deverá ocorrer durante toda a execução contratual, cabendo à fiscalização acompanhar os eventos identificados e registrar as ocorrências que possam comprometer o cumprimento das determinações judiciais.

12.4.2. Identificada situação de risco elevado ou iminente, deverão ser adotadas imediatamente as medidas preventivas ou corretivas necessárias, especialmente quando houver possibilidade de interrupção do tratamento do paciente ou descumprimento de prazo judicial**.**

12.4.3. A presente Matriz poderá ser atualizada durante a execução caso sejam identificados novos riscos relevantes, desde que preservadas as condições da contratação e observada a legislação aplicável.

12.4.4. A identificação dos riscos nesta matriz não afasta as responsabilidades legais e contratuais das partes**,** nem impede a aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis em razão de eventual inadimplemento.

12.5. Tendo em vista que o mapeamento de riscos descrevera e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo o processo de contratação, conforme análise a seguir delineada:

Risco 1	**Estimativa de preço em desacordo com os preços praticados no mercado**
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Disputa de preço deserta

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 51 de 75

Ação Preventiva	Realizar adequada pesquisa de mercado, através da pesquisa ou outra que venha ser substituída e novas cotações com fornecedores locais
Ação de Contingência	Proceder com a apuração de eventuais equívocos na orçamentação e , caso não verificados os equívocos e não existirem interessados na licitação (deserta), avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação
Risco 2	**Prestação de serviço sem qualidade**
Probabilidade	Média
Impacto	Alto
Dano	Prejuízos financeiros e risco à qualidade de serviço
Ação Preventiva	Exigência de atestado e qualificação técnica de serviço semelhante
Ação de Contingência	Refazer os serviços de baixa qualidade do serviço
Risco 3	Incapacidade de empresa vencedora em executar o contrato
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Atraso na execução do contrato
Ação Preventiva	Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados
Ação de Contingência	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.
Risco 4	**Falta de clareza quanto aos serviços a serem executados.**
Probabilidade	Média
Impacto	Alto
Dano	Possível interferência na qualidade do serviço entregue.
Ação Preventiva	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.
Ação de Contingência	Esclarecer dúvidas e incoerências, conforme questionamentos que venham a surgir no processo de disputa de preço.
Risco 5	**Licitação deserta ou fracassada.**
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Não realizar a licitação tento que republicar o edital e abrir novo prazo para realizar do processo licitatório.
Ação Preventiva	Encaminhar termo de referência durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de possíveis interessados em participar da licitação.
Ação de Contingência	Republicação do Edital observando requisitos que poderiam ter provocados a desistência de possíveis empresas interessadas.

Valparaíso de Goiás – GO, 14 de agosto de 2026.

LIDIENE FERREIRA DE ALMEIDA
Assessor Executivo de Compras

13. COMPOSIÇÃO DE ITENS/PREÇOS PARA SISTEMA BNC

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTDE	UNITARIO	TOTAL	ME/EPP
1	ALCOOL LIQUIDO 70%	FRA	60	R$ 7,87	R$ 472,20	SIM
2	ALGODÃO 500g	PCT	15	R$ 20,51	R$ 307,65	SIM
3	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA METALICA N.5	UND	5	R$ 130,51	R$ 652,55	SIM
4	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	UND	130	R$ 4,92	R$ 639,60	SIM
5	COLETOR DE URINA 1000ML SISTEMA ABERTO (SACO)	UND	11.000	R$ 1,51	R$ 16.610,00	SIM
6	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO C/FILTRO DE AR	UND	8.000	R$ 1,42	R$ 11.360,00	SIM
7	ESPARADRAPO	UND	150	R$ 11,31	R$ 1.696,50	SIM
8	FIXADOR DE CANULA TRAQUEAL ADULTO	UND	500	R$ 19,35	R$ 9.675,00	SIM
9	FRALDAS INFANTIL XXG C/26	PCT	120	R$ 42,33	R$ 5.079,60	SIM

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 52 de 75

10	FRALDAS GERIATRICA P C/08	PCT	450	R$ 17,36	R$ 7.812,00	SIM
11	FRALDAS GERIATRICA M C/08	PCT	1.320	R$ 17,36	R$ 22.915,20	SIM
12	FRALDAS GERIATRICA M (BIGFRAL)	PCT	276	R$ 39,96	R$ 11.028,96	SIM
13	FRALDAS GERIATRICA G	PCT	3.360	R$ 18,81	R$ 63.201,60	SIM
14	FRALDAS GERIATRICA EG	PCT	600	R$ 18,71	R$ 11.226,00	SIM
15	FRASCO P/NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	UND	8.400	R$ 1,30	R$ 10.920,00	SIM
16	GAZES NÃO ESTERIL	UND	300	R$ 28,55	R$ 8.565,00	SIM
17	GAZES ESTERIL C/10 CAMADAS 7.5X7.5	PCT	12.000	R$ 1,27	R$ 15.240,00	SIM
18	JONTEX	UND	3.000	R$ 1,95	R$ 5.850,00	SIM
19	LUVA ESTERIL 7.0	CX	3.360	R$ 66,82	R$ 224.515,20	NÃO
20	LUVA ESTERIL 7.0	CX	840	R$ 66,82	R$ 56.128,80	SIM
21	LUVA DE PROCEDIMENTO P C/100	CX	120	R$ 30,35	R$ 3.642,00	SIM
22	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/100	CX	200	R$ 30,35	R$ 6.070,00	SIM
23	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/100	CX	120	R$ 30,41	R$ 3.649,20	SIM
24	MASCARA P/TRAQUEOSTOMIA N.02	UND	12	R$ 17,52	R$ 210,24	SIM
25	MICROPORE	UND	240	R$ 6,76	R$ 1.622,40	SIM
26	SERINGA 20ML BICO LISO	UND	4.800	R$ 1,05	R$ 5.040,00	SIM
27	SERINGA 10 ML	UND	100	R$ 0,51	R$ 51,00	SIM
28	SERINGA 5 ML	UND	300	R$ 0,46	R$ 138,00	SIM
29	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.8 (CURTA)	UND	2.000	R$ 0,87	R$ 1.740,00	SIM
30	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N.12 (CURTA)	UND	2.000	R$ 1,23	R$ 2.460,00	SIM
31	SONDA URETRAL N.10	UND	2.000	R$ 0,70	R$ 1.400,00	SIM
32	SONDA URETRAL N.12	UND	18.000	R$ 0,70	R$ 12.600,00	SIM
33	SONDA URETRAL N.14	UND	2.000	R$ 0,72	R$ 1.440,00	SIM
34	SONDA PARA GASTROSTOMIA 20FR 20ML	UND	24	R$ 167,28	R$ 4.014,72	SIM
35	SONDA FOLEY DE LATEX SILICONE ESTERIL 2 VIAS N.20	UND	36	R$ 6,03	R$ 217,08	SIM
36	SONDA FOLEY 16 FRS 02 VIAS COM BALÃO 100% SILICONE	UND	20	R$ 7,10	R$ 142,00	SIM
37	SONDA MIC KEY DE GASTROSTOMIA 18FR 3.0 CM	UND	1	R$ 4.341,99	R$ 4.341,99	SIM
					R$ 532.674,49	

Rua Desembargador Dr. José Dilermando Meireles, Área Especial Norte s/n
CEP: 72.870-000 / Valparaíso de Goiás (61) 3627-8953
CNPJ: 01.616.319/0001-09

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 53 de 75

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL FINAL - (Licitante vencedor)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
CNPJ
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE: (NOME – CARGO - CARTEIRA DE IDENTIDADE – CPF)
ENDEREÇO e TELEFONE:
DADOS BANCARIOS: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	VALOR MÉDIO	VALOR GLOBAL
1.					

PROPOSTA: R$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS
A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

MARCA E MODELO
Deverá constar na proposta a marca do item a ser fornecido.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL
De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 54 de 75

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

CONTRATO N. ____/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE ....., E .....

DAS PARTES
CONTRATANTE: O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VALPARAISO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.786.328/0001-36, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde ____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na à _____ na cidade de _____, portador da Carteira de Identidade n° _____ e CPF n° _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA.**

FUNDAMENTO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade do **PROCESSO N° 2026014391 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026** datado de ___/___/2026, regido pela Lei Federal nº 14.1330 de 01/04/2021 e demais legislações aplicáveis, homologada pelo Senhor Secretário Municipal de SAÚDE, em __/___/2026, que é parte integrante do presente instrumento contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 **DO OBJETO**
1.1 O objeto do presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS HOSPITALARES DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE LIGADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALPARAISO DE GOIÁS/GO,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2 **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 As especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

2.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
2.2.1 O Termo de Referência;
2.2.2 O Edital da Licitação;
2.2.3 A Proposta do contratado;
2.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 55 de 75

3 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

6.1 O valor da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 56 de 75

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

9 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do Contratante:

9.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10 A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 10 (dez) dias.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 57 de 75

9.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 - Os licitantes vencedores ficarão obrigados a:

10.1.1 - Fornecer os objetos nas condições e especificações do Termo de Referência, no preço e no prazo estipulados no Edital;

10.1.2 - Entregar os objetos especificados e em conformidade com o estipulado no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

10.1.3 - Recebidos os objetos especificados no Termo de Referência, estes serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo(s), em conformidade com o disposto na minuta contratual;

10.1.4 - A Contratada deverá substituir os objetos descritos no Termo de Referência imediatamente após a notificação feita pela Contratante que apresentarem irregularidade na sua execução, comprovada através de testes descritos no Anexo I - Termo de Referência. Estando em mora os licitantes vencedores, o prazo para substituição dos objetos não interromperá a multa por atraso prevista na minuta contratual.

10.1.5 - Manterem durante o fornecimento do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.6 - Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

10.1.7 - Demais responsabilidades definidas na minuta contratual em anexo, bem como as especificações do Termo de Referência.

10.1.8 - Atender as condições de recebimento e aceitação dos objetos licitados.

10.1.9 - Correrão por conta da Contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, deslocamentos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

10.1.10 - A contratada está obrigada a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse termo, deverá obrigatoriamente atender.

10.1.11 - A Contratada deverá manter, durante todo o Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesse termo, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação respectiva.

10.1.12 - A Contratada está obrigada a responsabilizar-se por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do objeto em questão,

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 58 de 75

não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

10.1.13 - A Contratada está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante.

10.1.14 - A Contratada está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos, mandatários ou conveniados; leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

10.1.15 - Além das responsabilidades resultantes da *Lei nº 14.133/21,* constitui ainda obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

a) Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;
b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação;
d) Após a homologação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;
e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante;
f) Manter durante toda a execução do termo respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
g) A contratada deverá obrigatoriamente entregar o material de acordo com as especificações determinadas em quantidade e especificações que trata este termo.
h) A Contratada deverá substituir os objetos descritos no Termo de Referência imediatamente após a notificação feita pela Contratante que apresentarem adulteração na sua composição, comprovada através de testes descritos no Anexo I - Termo de Referência.
i) A inobservância destas normas acarretará na aplicação das penalidades previstas no Edital e contrato.

11 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal n° 023/2024 de 09/01/2024, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;
II - multa;
a) compensatória;

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 59 de 75

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

12.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 12.1.

12.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

12.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 60 de 75

12.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal n° 023/2024 de 09/01/2024.

13 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMS			
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	**ELEMENTO DESPESA**	**FONTE**	**FICHA**

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 61 de 75

13.1311.10.301.7021.2475	33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO	**102**	20261061

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

18.1 Fica eleito o Foro do Município de Valparaiso de Goiás/GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

.

Valparaiso de Goiás, __ de _____ de 2026.

XXXXXXXXX

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATANTE

CNPJ Nº XXXXXX/XXXX-XX
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome
CPF

2. _____
Nome
CPF

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 62 de 75

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 2026, publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../2026, processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n° 025/2024 de 10/01/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS HOSPITALARES DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE LIGADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VALPARAISO DE GOIÁS/GO**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº ...../20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	QuantidadeMáxima	QuantidadeMínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2 {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 63 de 75

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 64 de 75

4.9 A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 65 de 75

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2, "a", aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 66 de 75

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 67 de 75

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.2 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1 For liberado.

9.2.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável.

9.2.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 68 de 75

9.2.4 Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n. 14.133/21.

9.2.5 Não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.3.1 Pelo decurso do prazo de vigência.

9.3.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados.

9.3.3 Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

9.3.4 Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.4 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4.1 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

10 DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal n° 023/2024 de 09/01/2024, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

10.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 10.1.

10.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

10.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 69 de 75

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal n° 023/2024 de 09/01/2024.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 70 de 75

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PREGAO ELETRONICO Nº 049/2026

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTOS AOS REQUISITOS DO EDITAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA**, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, requisitos de habilitação para participação do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026**, conforme estabelecido no Art 63º, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, **DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação e especificações mínimas obrigatórias do objeto, constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

_____, _____/ _____/ 2026.
Local e Data

_____
Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 71 de 75

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS
PREGAO ELETRONICO Nº 049/2026

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA**, para fins de direito, sob as penas da Lei, que as informações e documentos prestados que apresento para participação do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026**, são verdadeiros e autênticos (fiéis à verdade e condizentes com a realidade).

Relação de documentos apresentados:
1)
2)
3)
Fico ciente por meio deste documento, que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no art. 298 e 299 do Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei.

_____, _____/ _____/ 2026.
Local e Data

_____
Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SOLUTI Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 72 de 75

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
PREGAO ELETRONICO Nº 049/2026

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA,** para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021

_____, _____/ _____/ 2026.
Local e Data

_____
Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 73 de 75

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
PREGAO ELETRONICO Nº 049/2026

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, **DECLARA,** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis**.**

_____, _____/ _____/ 2026.
Local e Data

_____
Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

Representante legal / CPF
1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 74 de 75

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
PREGAO ELETRONICO Nº 049/2026

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade n°_____ e CPF n° _____, DECLARA, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é "**MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**", nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate no **PREGÃO ELETRÔNICO N° 049/2026**, realizado pelo Município de Valparaiso de Goiás.

75

_____, _____/ _____/ 2026.
Local e Data

_____
Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ

Digitally Signed by PATRICK DE ABREU FONTE - ***.144.741-**-AC SyngularID Multipla
Date: 06/11/2026 09:27:15
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 75 de 75